


# A TENTATIVA DE COMPROVAÇÃO DA EXISTÊNCIA DIVINA NA TERCEIRA VIA TOMÁSICA

Clodoaldo da Luz<sup>1</sup>

Universidade Federal do Paraná (UFPR)

 <https://orcid.org/0000-0003-2619-0909>

E-mail: clodoaldoluz@outlook.com

## RESUMO:

A discussão acerca da existência divina tem na gênese filosófica um pilar importante. Haja vista que, da reflexão clássica sobre a origem de tudo que há, a investigação filosófica medieval, sobretudo em Tomás de Aquino, baseou sua especulação sobre a existência divina. Pois, da busca do classicismo filosófico pelo elemento primordial, a investigação filosófica do Medievo converteu tal empreita clássica na discussão acerca da Causa incausada. Desse modo, o presente artigo visa refletir que a discussão acerca do problema da existência divina não se enquadra tão somente no âmbito teológico, senão, também, no filosófico. Por causa dessa ideia e pelo fato da filosofia do Aquinate ser fecunda para a investigação medieval acerca da existência divina, será, em primeiro lugar, refletido que a problemática acerca da existência divina constitui uma questão fecunda para a Filosofia. Depois, investigar-se-á, à luz do itinerário tomásico, qual poderia ser a base para se empenhar uma discussão sobre Deus. Por fim, será redigido um apontamento sobre a terceira via tomásica acerca da existência divina.

**PALAVRAS-CHAVE:** Filosofia; Terceira via; Existência divina.

## THE ATTEMPT TO PROVE THE DIVINE EXISTENCE IN THE THIRD WAY

### ABSTRACT:

The discussion about the divine existence has an important pillar in the philosophical genesis. Considering that, from the classical reflection on the origin of everything that exists, medieval philosophical investigation, especially in Thomas Aquinas, based its speculation on the divine existence. For, from the philosophical classicism's search for the primordial element, the philosophical investigation of the Middle Ages converted such a classical endeavor into the discussion about the uncaused Cause. In this way, this article aims to reflect that the discussion about the problem of divine existence does not fit only in the theological scope, but also in the philosophical one. Because of this idea and the fact that Aquinas's philosophy was fruitful for medieval research about divine existence, it will be, firstly, reflected that the problematic about divine existence constitutes a fruitful question for Philosophy. Afterwards, it will be investigated, in the light of the Thomasian itinerary, what could be the basis for engaging in a discussion about God. Finally, a note on the third Thomistic way about divine existence will be written.

**KEYWORDS:** Philosophy; Third way; Divine existence.

---

<sup>1</sup> Doutorando(a) em Filosofia na Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba – PR, Brasil.

## Introdução

A questão da existência de Deus é uma temática de relevante discussão e indagação, a ponto de suscitar o questionamento se, realmente, semelhante problemática não pertenceria tão somente à discussão teológica, à parte do arcabouço especulativo filosófico. Além do mais, qual seria o sentido de estudar filosoficamente a prova da existência divina? Será que tal questão não é um artigo de fé? É racional intentar elaborar uma discussão acerca de semelhante problema?

No intuito de refletir tais questionamentos, o presente artigo irá, primeiramente, tentar responder tais indagações. Depois, num segundo momento, em posse da resolução, buscará compreender qual seria uma possível base para a construção da argumentação tomásica a respeito da existência divina. Em terceiro lugar, será tecida uma ponderação da terceira via suscitada por Aquino.

### 1. A questão sobre a existência divina é uma temática filosófica?

O encanto por si e pelo seu entorno ensejou ao homem a tentativa de satisfazer uma das suas grandes perguntas existenciais: qual seria a sua origem? O resultado disso foi que a especulação racional teve na problemática da existência do elemento primordial a sua questão inicial. Ou seja, descobrir qual seria o elemento originário e constituinte de todas as coisas, que, contudo, seria imune à dinâmica da geração e corrupção.

Insta consignar que tanto os filósofos pré-socráticos naturalistas – segundo os quais haveria uma substância inscrita em tudo o que há, porém isenta das vicissitudes temporais-, quanto Aristóteles e Platão o primeiro, ao se referir a um motor imóvel; o segundo, ao conceber um organizador, são confirmadores de que a problemática da existência divina, embora não se restrinja ao discurso filosófico, inicia-se por ele.

Tal constatação já indica a grande importância que o homem concede à busca da causa incausada, a qual enseja todas as coisas. Representando que o ‘despertar’ filosófico é, por si, um argumento que a existência de Deus constitui, não somente um artigo de fé, senão um *preambulo fidei*, uma questão propedêutica ao estudo e discussões teológicas.

Por isso, embora pareça que, à primeira vista, a resposta da indagação sobre a problemática acerca da existência divina esteja tão somente inserida no âmbito da discussão teológica e na dimensão da fé, vê-se, pela História da Filosofia, sobretudo pelo ‘alvorecer filosófico’, que a busca do Princípio imprincipiado, da Causa incausada, é parte integrante da empreita discursiva racional.

Destarte, as especulações empreendidas pelo homem no escopo de sanar a problemática sobre a origem de si e de seu entorno apontam que o construto teórico que visa assentir à existência do Ser por excelência, o qual concede a existência aos entes é o esforço intelectual, não fideítico, de refletir acerca da existência divina.

O problema filosófico de demonstrar a existência divina tem no Medievo um dos seus pontos altos. Tal temática permeou o construto intelectual de vários filósofos do desse período histórico: Agostinho, Boécio, Avicena, Averróis, Anselmo, Tomás de Aquino e ainda outros, dos quais o Aquinate se destaca por sua grande colaboração para o pensamento medievalista. Tomás, igualmente, considera que a prova da existência divina faz parte do arcabouço investigativo filosófico: “Para Santo Tomás, a demonstração da existência de Deus é um *preambulum fidei* e não pode pertencer intrinsecamente à teologia sagrada” (Elders, 1990, p. 84, itálico nosso, tradução nossa).

Aliado a tal parecer, o Aquinate pensa que sem o discurso referente a Deus, a Filosofia ficaria aquém de seu atributo e benesse ao homem:

O próprio Santo Tomás estava convencido de que é de suma importância para a filosofia demonstrar que Deus existe: sem tal prova, qualquer consideração filosófica do ser é, em última análise, sem fundamento, pois a filosofia é o estudo da realidade e não uma lógica da mente humana (Elders, 1990, p. 83, tradução nossa).

Ciente dessa necessidade resta saber o que mais, além da existência divina, a Filosofia pode perscrutar a respeito da realidade divina. Tomás soluciona tal questão na *Suma contra os Gentios I*, ao enfatizar que nem todas as verdades sobre Deus pertencem ao campo investigativo da Filosofia:

Há algumas verdades sobre Deus que superam toda a capacidade da razão humana, por exemplo, que Deus é uno e trino. Há outras que a razão natural pode alcançar, como a existência e a unidade de Deus, e outras semelhantes. Estas verdades, os filósofos a provaram por via demonstrativa, guiados pela luz natural da razão (Aquino, 2015, p. 38-39).

Amparado nessa asserção, Aquino despendeu grandes esforços para elaborar uma tese que corroborasse, à guisa de razão, a asserção de que Deus existe<sup>2</sup>, ou melhor, de que Deus É<sup>3</sup>. Tais esforços, possivelmente, ancoravam-se no intento de demonstrar, de um modo acessível a todas as pessoas, que a existência divina é razoável.

Seu objetivo requeria, decerto, recorrer àquilo que todas as pessoas possuem, ou seja, o que é de domínio e pertença do homem em sua condição de animal racional. E é por isso que Tomás, já no início da *Suma contra os Gentios I*, no capítulo 2 - *A intenção do autor*, determina a bússola de sua investigação: “Portanto, é preciso recorrer à razão natural, a que todos são obrigados a dar o assentimento” (Aquino, 2015, p. 38).

Semelhante intento tomásico, de elaborar um argumento assertivo e razoável para todos, no que tange a existência divina, pode suscitar a seguinte indagação: como, norteado pelo arcabouço filosófico, Aquino vai tecer uma argumentação plausível sobre a existência divina?

## 2. A base da prova tomásica da existência divina

A dúvida sobre qual seria o esteio do discurso especulativo tomásico para empreender uma investigação acerca da existência divina pode encontrar um indício de resolução na seguinte consideração de Aquino:

Com efeito, o intelecto humano não pode, naturalmente, chegar a compreender a substância de Deus, uma vez que o nosso conhecimento intelectual, segundo o modo da vida presente, tem sua origem nos sentidos. E, portanto, o que não cai sob os sentidos não pode ser compreendido pelo intelecto humano, a não ser enquanto adquirido das coisas sensíveis (Aquino, 2015, p. 39).

---

<sup>2</sup> Pelo fato de tal redação enveredar-se também pela comprovação da existência divina, na qual essa terminologia (da existência de Deus) ser mais amplamente conhecida e utilizada, será preferida semelhante expressão em vez do asserto Deus É.

<sup>3</sup> Todavia, é bom salientar o fato de que Tomás de Aquino, embasado na Escritura, defende, sobretudo, a tese de que Deus É, ao invés de afirmar que Ele existe. “Moisés disse a Deus: ‘Quando eu for aos filhos de Israel e disser: ‘O Deus de vossos pais me enviou até vós’; e me perguntarem: ‘Qual é o seu nome?’, que direi? ‘Disse Deus a Moisés: ‘Eu sou aquele que é’” (Ex. 3,13-14a) (A Bíblia de Jerusalém, 2002, p. 109). Aliás, Aquino advoga que existir é provir de outrem. Por exemplo: o filho existe pelo fato de provir do pai e da mãe; o papel existe, pois advém da celulose retirada da madeira. Ora, Deus não recebe sua existência de algum outro. Logo, Ele É.

À luz dessa asserção tomásica, para se empreender qualquer investigação, é fundamental o concurso dos sentidos. Por consequência, o fito de realizar uma elucubração sobre a existência divina obrigatoriamente requer a utilização de elementos sensíveis. Tendo isso em mente, outra pista importante para se efetuar uma abordagem acerca de Deus é concedida por Aquino na *Suma de teologia*: mais precisamente na resposta ao artigo 1 - *A existência de Deus é evidente por si mesma?*:

Algo pode ser evidente por si de duas maneiras: seja em si mesmo e não para nós; seja em si mesmo e para nós. Uma proposição é evidente por si se o predicado está incluído na razão do sujeito. Exemplo: o homem é um animal, porque animal faz parte da razão de homem. Se, por conseguinte, a definição do sujeito e a do predicado são conhecidas de todos, esta proposição será evidente por si para todos. É o que acontece com os primeiros princípios de demonstração, cujos termos são tão gerais que ninguém os ignora: como ente e não ente, todo e parte, etc. Se alguém ignorar a definição do predicado e a do sujeito, a proposição será evidente por si em si mesma; mas não para quem ignora o sujeito e o predicado da proposição. Por esse motivo, diz Boécio, existem conceitos comuns do espírito evidentes por si apenas para aqueles que os conhecem, como este: as coisas imateriais não ocupam lugar.

Digo, portanto, que a proposição Deus existe, enquanto tal, é evidente por si, porque nela o predicado é idêntico ao sujeito. Deus é seu próprio ser, como ficará claro mais adiante. Mas, como não conhecemos a essência de Deus, esta proposição não é evidente para nós; precisa ser demonstrada por meio do que nos é mais conhecido, ainda que por sua própria natureza seja menos conhecido, isto é, pelos efeitos (Aquino, 2016, p. 162-163).

Se o conhecimento é possível ao homem, com o auxílio imprescindível dos sentidos, o arregimento do discurso filosófico, em relação à existência divina, implica na reflexão embasada por elementos *a posteriori*, ou seja, pelos efeitos, conforme ratifica Aquino: “Por conseguinte, se a existência de Deus não é evidente para nós, pode ser demonstrada pelos efeitos por nós conhecidos” (Aquino, 2016, p. 165).

O itinerário tomásico, possivelmente alicerçado na asserção de que todo efeito tem similitude com sua causa, para efetuar um discurso acerca de Deus, começa, imprescindivelmente, do sensível e do *a posteriori*. Nesse sentido, percorrendo a trilha investigativa dos efeitos para a Causa, segundo aponta Davies: “A resposta de Tomás de Aquino é que podemos saber de Deus apenas com base no que é evidente para nós. E isso, ele pensa, é o que percebemos por meio de nossos sentidos. Segundo ele, devemos passar do mundo para Deus, do efeito para a causa” (Davies, 1993, p. 25, tradução nossa).

Porém, os efeitos, de fato, consistiriam num adequado ponto de partida para a construção e consolidação de um argumento que vise pontuar algum conhecimento sobre Deus? Embasar-se em elementos mundanos não traria uma desvinculação ao propósito filosófico e teológico de apresentar as verdades de fé de modo racional? Conquanto a realidade divina seja inefável e de uma disparidade invencível em comparação com a dimensão mundana, é razoável que todo efeito guarde similitude com sua causa.

Com efeito, também levando em consideração que a existência de Deus não é evidente para o homem, pois o intelecto humano é aquém perante a essência divina, faz-se mister esquadrihar a realidade humana, a fim de captar os sinais de Deus e, deste modo, almejar um certo conhecimento sobre Ele.

### 3. A terceira via tomásica (do contingente ao necessário por si)

O desafio de provar a existência de Deus, à luz da razão natural, fez com que Tomás de Aquino, através de seu construto teórico, alicerçasse seu discurso sobre a existência divina a partir

dos seus efeitos. Através deles, Tomás elaborou as cinco vias, a saber: o movimento, a causalidade eficiente, o contingente e o necessário por si, os graus de perfeição e a finalidade. Num processo ascensional, elas partem do sensível ao inteligível, norteadas-se, à princípio, pela experiência humana: “Em geral, as cinco vias de Aquino empregam um padrão simples de argumento. Cada uma começa chamando a atenção para alguma característica geral das coisas que conhecemos com base na experiência” (Davies, 1993, p. 83, tradução nossa).

A transitoriedade temporal é um dado da experiência que ajudou o Aquinate no seu fito de comprovar a existência divina. Semelhante auxílio é de fecunda importância, a ponto de ser o alicerce para a consecução da via tomásica, a qual visa reafirmar que há o Ser ileso das vicissitudes temporais e imune à aniquilação.

Eis a terceira via tomásica (do contingente e do necessário por si):

A terceira via é tomada do possível e do necessário. Ei-la. Encontramos entre as coisas, as que podem ser ou não ser, uma vez que algumas se encontram que nascem e perecem. Consequentemente, podem ser e não ser. Mas é impossível ser para sempre o que é de tal natureza, pois o que não pode ser não é em algum momento. Se tudo pode não ser, houve um momento em que nada havia. Ora, se isso é verdadeiro, ainda agora nada existiria; pois o que não é só passa a ser por intermédio de algo que já é. Por conseguinte, se não houve ente algum, foi impossível que algo começasse a existir; logo, hoje, nada existiria: o que é falso. Assim, nem todos os entes são possíveis, mas é preciso que algo seja necessário entre as coisas. Ora, tudo o que é necessário tem, ou não, a causa de sua necessidade de um outro. Aqui também não é possível continuar até o infinito na série das coisas necessárias que têm uma causa da própria necessidade, assim como entre as causas eficientes, como se provou. Portanto, é necessário afirmar a existência de algo necessário por si mesmo, que não encontra alhures a causa de sua necessidade para os outros: o que todos chamam Deus (Aquino, 2016, p. 167-168).

A mais singela observação efetuada sobre o homem e o seu entorno traz a certeza da dinamicidade da vida: nascimento, crescimento e padecimento em uma imprevisibilidade contida nas intempéries do tempo. Ademais, é sabido que nem tudo logra o nascimento, mesmo obtendo-o não se tem uma certeza palatável do prosseguimento da maturação vital, ou seja, não se pode afirmar que após o nascimento, para todos, há de se seguir o amadurecimento e o envelhecimento. Não obstante, infelizmente, o fenecimento pode ocorrer em uma tenra etapa. Semelhante percepção atesta a existência de coisas e seres contingentes.

Esse primeiro ponto, elucidado na terceira via tomásica acerca da existência divina, é de extrema razoabilidade e de possível concordância, isto porque:

Nenhum homem em sã consciência contestará o ponto de partida da *Tertia via*, ou seja, a existência de seres "possíveis" no sentido definido por Santo Tomás. Sem comentar o que acontece no mundo inanimado, é óbvio que os seres vivos nascem e morrem; a vida deles é limitada no tempo (Steenberghen, 1980, p. 201, *italico nosso*, tradução nossa).

O conseqüente desenrolar do início da explanação do Aquinate, nessa sua prova da existência divina, apresenta a possibilidade de se auferir o asserto de ser e não ser, de modo quase simultâneo, para o que é contingente. Representando, com efeito, que se, ao viver, possuem o ser e, ao perecer, declinam-se ao não ser, eles estão imersos numa dinâmica de provisoriedade e de inconstância tão grande que suscita a percepção que, tendo tal trajetória de tender ao fim, é porque tais coisas não adquirem a vida de si mesmos.

Assim, havendo só o contingente, significa que em algum instante nada haveria. Pois, se as coisas e os seres passageiros não detém o ser de forma total e plena, senão de maneira ínfima e finita, como eles poderiam ensejar a existência, ou seja, principiar a vida? Aliás, tendo somente

contingência e nada de permanência e tampouco de necessário, a existência das coisas e seres cairia numa cadeia de contingentes que não teria fim. Ora, se o contingente não se esmera pela perpetuidade, como poderia a contingência ainda se fazer presente na realidade se ela é tão fugaz?

Decerto, respondendo tal questão, que se possa suscitar, o Aquinate, ao prosseguir sua reflexão, atina para a impossibilidade de se haver tão só os contingentes. Pois, a contingência é incapaz de legar a existência continuamente, pelo fato de não possuí-la de forma plena, e, como não se pode perpassar e repassar o que não se tem, seria bem provável que nenhuma coisa poderia agora existir. Tal consideração é incongruente, pois a experiência sensorial e o próprio percipiente são duas provas cabais de que ao menos alguma coisa há nesse momento.

De forma conseqüente, do nada nenhuma coisa poderia advir, o que realça ainda mais a existência de algo necessário que estaria fora da dinâmica geração e corrupção, na qual está imerso tudo que é contingente, e que lograria a existência ao que é temporal. E, disto, o Aquinate chega à consideração da existência de algo que obrigatoriamente é necessário.

Poder-se-ia imaginar, nesse instante da argumentação tomásica, que o Aquinate ratificaria e concluiria que Deus existe. Todavia, não é bem isso que acontece:

Pois Tomás de Aquino não considera sua prova da existência de Deus concluída quando ele estabelece que existe um ser necessário. Ao contrário, ele imediatamente passa a considerar 'seres necessários que têm a causa de sua necessidade fora de si', uma descrição que não poderia se aplicar a Deus (Kenny, 2003, p. 48, tradução nossa).

Qual seria o porquê de Tomás não encerrar a sua via tomásica sobre a existência de Deus, se ele, ao que tudo indica, teria logrado êxito em elucidar a viabilidade e a razoabilidade da asserção de que existe algo necessário e não tão somente o contingente? Ora, o necessário, agora apresentado por Aquino, nesse estágio de sua via, não encerraria e contemplaria, a contento, a sua observação e a construção de sua via acerca da existência divina?

Grosso modo, poderia ser, sim, a resposta da segunda questão. Contudo, Aquino pensa e arregimenta a sua prova da existência divina com o intuito de elencar as coisas e seres que, conquanto imunes ao tempo, não se valem somente por si, ou seja, os seres que são necessários, mas que adquirem sua necessidade de Outro. Desta posterior constatação poderá ser encontrada a motivação do Aquinate em satisfazer a via ainda inconclusa.

Pois bem, prosseguindo sua redação, Tomás, após ter demonstrado que a cadeia dos contingentes não poderia ser a única- pois, se assim o fosse, nada existiria nesse exato momento e em momento algum -, quer demonstrar a existência de uma série causal composta de seres necessários. Aquino menciona-os como necessários, porém não extraindo de si mesmos sua necessidade, senão de Outro. Aqui poderia ser levantada a questão: se um ser é necessário, ele não deveria ter tal característica de forma intrínseca e não extrínseca?

Para aprofundar ainda mais tal questionamento eis um excerto de Fraile:

Pela contingência dos seres (*'ex possibilitati et necessario'*). Ser necessário é aquele que tem em si sua razão de ser, pois sua essência se identifica com sua existência. Seres contingentes são aqueles que existem depois de não terem existido e que podem deixar de existir após terem existido. Ou seja, todo o conjunto de seres generáveis e corruptíveis que podem se tornar e deixar de existir. Neles, sua essência não é identificada com sua existência, mas sim sua existência segue sua não existência (geração) e sua não existência após a existência (corrupção). O que significa que nenhum deles têm necessariamente a existência, senão de forma contingente (Fraile, 1960, p. 978-979, *italico nosso*).

A revisitação da solução da questão de qual seria a base tomásica para obter um discurso racional acerca de Deus é profícua na resolução da indagação anterior e de um esclarecimento

sobre o trecho de Fraile. Tomás tem como esteio o sensível na realização de sua argumentação. Assim, ele considera que os efeitos perceptíveis são eficazes na investigação da existência divina. O sensível é base para se almejar o intelectual, ou seja, do material ao imaterial. Sendo este totalmente imune aos dissabores temporais, porém não indestrutíveis.

Certamente, desta forma, Aquino tem, nesse momento da redação de sua terceira via, a existência dos entes incorruptíveis e imateriais, alma, os anjos e também os corpos celestes (Aquino, 2016, p. 168). E aqui, nesse estágio de sua via acerca da existência divina, Tomás incute a ideia de haver dois tipos de necessários: o necessário por causa de Outro e o que possui a necessidade por si. Para tanto ele alude novamente à questão da causalidade:

Todo ser necessário (isto é, incorruptível) tem uma causa de sua necessidade de outra coisa ou não. Não se pode regredir ao infinito com seres necessários causados, como ele acabou de mostrar no segundo momento ao tratar das causas eficientes. Portanto, ele conclui, deve haver um ser necessário que não dependa de nada mais para sua necessidade e que causa a necessidade em tudo o mais (Kretzmann; Stump, 1993, p. 114, tradução nossa).

Disto é possível aventar mais uma pista para a questão do necessário por Outro ter a necessidade de existir como uma característica intrínseca e não extrínseca: a possibilidade de ser o termo das coisas que herdaram a necessidade de Outro. Assim, o Aquinate, ao propor ‘duas listas’ de necessários, visa indicar a característica de ser necessário como não estando à mercê do tempo.

Ora, as coisas que são ínfimas, são próximas do não ser enquanto têm potência para o não ser. Logo, as que são as mais próximas de Deus, e por isso mais remotas do não ser, é necessário que sejam tais a fim de que a ordem das coisas seja completa, de modo que nelas não haja potência para não ser. Ora, essas coisas são absolutamente necessárias. Assim, pois, algumas coisas criadas têm o ser por necessidade (Aquino, 2015, p. 71).

Partindo, desta outra dica, Tomás enseja a impossibilidade de uma extensão ao infinito das coisas detentoras da necessidade advinda de Outrem. Novamente, Aquino recorda que, da mesma forma que não é congruente haver uma série causal contingente infinita, também não é plausível defender a viabilidade da série causal infinita das coisas necessárias por Outro.

A razão do Aquinate também advogar uma inviabilidade desta série causal, dos necessários por Outrem, pode se distinguir um pouco da motivação que o levou a repudiar a ideia de uma série causal contingente infinita. O trecho tomásico da *Suma contra os Gentios I*, do capítulo 67, *Deus conhece os singulares que são contingentes futuros*:

Igualmente, o contingente diferencia-se do necessário pela maneira como cada um está na sua causa. O contingente está na sua causa de tal maneira que pode, a partir dela, existir e não existir; o necessário, ao contrário, a partir da sua causa, não pode senão existir. Mas, pelo que um e outro são em si mesmos, não se diferenciam quanto ao existir sobre o qual se funda o verdadeiro, porque no contingente, pelo que é em si mesmo, não há existir e não existir, mas somente existir, embora no futuro o contingente possa não existir (Aquino, 2015, p. 185).

O excerto de Aquino deixa evidente que a diferença básica entre a contingência e a necessidade é a fugacidade da primeira. Contudo, isto não determina o apanágio de ser perene às coisas e seres que são necessárias por Outro. Isto se deve ao fato da possibilidade de tais coisas provirem de Outro, pois em si não detêm a necessidade, a qual lhes é outorgada. Assim, sendo, são obrigatoriamente dependentes de outro Ser, do Necessário por Si. Embora temporalmente possam ser designados como incólumes, sua existência pode vir a termo.

Em posse de tal argumento é possível indicar que os entes necessários por Outrem, diferentemente do necessário pontuado por Fraile, em sua argumentação, não se bastam a si mesmos. Aliás, Fraile menciona o Necessário por Si, pois indica que: “Ser necessário é aquele que tem em si a sua razão de existir, pois a sua essência se identifica com a sua existência”. Fraile, Guillermo. *Historia de La Filosofía II El Judaísmo Y La Filosofía. El Cristianismo y La Filosofía. El Islam y La Filosofía*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1960, p. 978. Contrariamente a isto, as coisas e seres necessários por Outrem não têm a essência e a existência como sendo a mesma coisa. Por isso, conquanto imunes às intempéries temporais, são totalmente dependentes de Outro, podendo, assim, ser aniquilados. Tal possibilidade não é implausível, conforme traz a obra tomásica *A criação, a conservação e o governo do mundo*, mais especificamente, no *Artículo 3 Terceiro, se Deus poderia reduzir a criatura ao nada da Questão 5 A preservação das coisas na existência por Deus*: “Não é impossível que Deus reduza as criaturas ao não-ser, já que não é necessário que Ele lhes forneça o ser, a não ser por suposição de sua ordenação e presciência, porque assim ordenou e preconcebeu, para manter a coisa perpetuamente no ser” (Aquino, 2014, p. 133).

Conforme visto, portanto, o tempo é capaz de levar ao fenecimento das coisas e dos seres contingentes; a aniquilação pode ser o termo das coisas e seres imateriais, dos entes necessários por Outrem. Logo, sendo o Necessário por Si imune ao tempo e, outrossim, não estando à mercê da aniquilação: “Deus não muda em sua natureza básica, em seu caráter ou em suas perfeições. A existência necessária de Deus, por um lado, é imutável e eterna, uma vez que não é afetada ou efetuada por qualquer outra coisa” (Padgett, 1992, p. 124, tradução nossa).

Destarte, é plausível a inferência de haver somente um Ser Necessário por Si. Não podendo haver dois necessários por si, pois, assim, um poderia ser dependente do outro e vice-versa. Com efeito, “O ser necessário assim o é sob qualquer ponto de vista, pois não pode haver dois seres que sejam necessários por si com igual necessidade[...] o ser necessário por si não pode ser senão único” (Dubra Apud Moutinho; Storck, 2010, p. 75).

O comentador tomista Wippel, analisando a consideração tomásica de haver somente o Ser Necessário por Si e não dois seres com tal apanágio, concorda com o Aquinate, acentuando o seguinte: “Na verdade, só Deus é um ser necessário no sentido do que é necessário em si mesmo. Todas as outras entidades são seres possíveis quando são simplesmente consideradas em si mesmas” (Wippel, 2007, p. 50-51, tradução nossa).

Por fim, na sua terceira via, Aquino ratifica que o Necessário por Si é Deus, o qual enseja a todas as coisas, contingentes ou necessárias:

É necessário, pois, que todas as coisas que são, procedam de Deus. Igualmente, o que se diz por essência, é causa de todas as coisas que se dizem por participação: como o fogo é causa de tudo o que é inflamado enquanto tal. Deus, porém, é ente por sua essência, porque é o próprio ser. Todo o outro ente é ente por participação, porque ente que é seu ser não pode ser senão único, como foi mostrado no Livro Primeiro. Deus, portanto, é causa do ser para todas as outras coisas. Além disso. Tudo o que é possível ser e não ser tem uma causa, porque considerando em si é indiferente a um e outro, e assim é necessário que haja alguma coisa que o determine a uma das possibilidades. Donde, uma que não se pode proceder ao infinito, é preciso que exista algo necessário que seja causa de todos os que podem ser ou não ser. Necessário é o que tem a causa de sua necessidade: nisso também não se pode proceder ao infinito; e assim se chega a algo que é necessariamente ser por si. Este não pode ser senão único, como foi demonstrado no Livro Primeiro. E este é Deus (Aquino, 2015, p. 34).

No termo da redação de sua terceira via, Tomás, partindo da observação sobre si e o seu entorno, nota a contingência das coisas e seres temporais, galgando a obtenção dos entes



imateriais, os quais, embora ilesos da provisoriedade, podem vir a termo pela aniquilação; chega à consideração da existência do Ser que, ao ser imune ao tempo e ao fim, concede a existência a tudo e a mantém.

### **Considerações finais**

A extração de um argumento no que tange a existência divina configura-se num problema inscrito no rol filosófico, pois teve como gênese o questionamento humano sobre sua origem, provinda da admiração por si e por seu entorno.

Deste modo, consistiu no natural fruto da especulação filosófica, da qual Tomás de Aquino pertence e a usa para sustentar a razoabilidade do credo cristão e, de forma parelha e conseqüente, efetuar o seu discurso acerca da existência divina.

E, nesse sentido, a realidade humana serve de índice para aventar a prevalência e a soberania divina frente ao contingente e ao imaterial. Pois, diversamente desses, Deus existindo por Si, se estabelece em um patamar no qual tempo e aniquilação não O afetam de maneira nenhuma.

## Referências

- AQUINO, Tomás de. *A criação, a conservação e o governo do mundo*. Tradução de Paulo Faitanin, Rodolfo Petrônio, Bernardo Veiga e Rafael N. Godinho. Campinas: Ecclesiae, 2014.
- AQUINO, Tomás de. *Suma contra os gentios I*. Tradução de Joaquim F. Ferreira. e Eliane da Costa Nunes Brito (assistente). São Paulo: Loyola, 2015.
- AQUINO, Tomás de. *Suma contra os gentios II*. Tradução de Maurílio José de Oliveira Camello. São Paulo: Loyola, 2015.
- AQUINO, Tomás de. *Suma de teologia: Teologia, Deus, trindade, volume 1: I parte: Questões 1-43*. Tradução de Aldo Vannuchi et al. São Paulo: Loyola, 2016.
- AQUINAS, Thomas. *The Power of God*. Translated by Richard J. Regan. Oxford: Oxford University Press, 2012.
- A BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 2002.
- COOMARASWAMY Ananda Kentish. *Time and Eternity*. Ascona (Switzerland): Artibus Asiae Publishers, 1947.
- DAVIDSON, Herbert A. *Proofs for Eternity, Creation and the Existence of God in Medieval Islamic and Jewish Philosophy*. Los Angeles/Oxford: Oxford University Press, 1987.
- DAVIES, Brian. *The thought of Thomas Aquinas*. Oxford: Clarendon Express, 1993.
- DUBRA, Julio A. Castello. *Necessidade e contingência do efeito da causa primeira: uma comparação entre Tomás de Aquino e Avicena*. In: *Revista dois pontos: Necessidade e contingência na Filosofia Medieval*. Luiz Damon Santos Moutinho e Alfredo Storck (organizadores). Curitiba/São Carlos Volume 7 número 3, p. 69-94, abril de 2010.
- ELDERS, Leo J. *The philosophical theology of St. Thomas Aquinas*. Leiden/New York/Kobenhavn/ Köln: E. J. Brill, 1990.
- FRAILE, Guillermo. *Historia de La Filosofía II El Judaísmo Y La Filosofía. El Cristianismo y La Filosofía. El Islam y La Filosofía*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1960.
- GILSON, Etienne. *Le Thomisme: Introduction a la philosophie de Saint Thomas D'Aquin*. Sixième Édition Revue. Paris: Librairie Philosophie J. Vrin, 1997.
- KENNY, Anthony (editor). *The five ways: St Thomas Aquina's proof of God's existence*. London: Routledge & Kegan Paul, 2003.
- KERR, Gaven. *Aquinas's way to God: The proof in De Ente et Essentia*. Oxford: Oxford University Press, 2015.
- KRETZMANN, Norman; STUMP, Eleonore. *Cambridge companion to Aquinas*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- MACGRADE, Arthur Stephen (org.). *The Cambridge companion to Medieval Philosophy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- O' GRADY, Paul. *Aquinas's Philosophy of Religion*. Ney Work: Palgrave Macmillan, 2014.
- PADGETT, Alan G. *God, Eternity and the Nature of Time*. Hampshire/London: The Macmillan Press Ltd, 1992.
- STEENBERGHEN, Fernand Van. *Le problème de l'existence de Dieu dans les écrits de S. Thomas d'Aquin*. Louvain-La-Neuve: Éditions de L'Institut Supérieur de Philosophie, 1980.
- WIPPEL, John F. *Metaphysical Themes in Thomas Aquinas II*. Washington: The Catholic University of American Press, 2007.

---

**Autor(a) para correspondência / Corresponding author:** Clodoaldo da Luz. clodoaldoluz@outlook.com